

2.º Encontro da Rede Nacional da Cultura do Mar 2 de Setembro de 2011 (6.ª feira)

CONVITE

Os Presidentes da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim e da Sociedade de Geografia de Lisboa têm a honra de convidar V. Ex^a. e sua Ex^{ma}. Família para participarem no **2.º Encontro da Rede Nacional da Cultura do Mar**, a realizar na Biblioteca Municipal "Rocha Peixoto" da Póvoa de Varzim (Rua Padre Afonso Soares) em **2 de Setembro de 2011**, com início às 09h00.

A participação pode ser presencial ou ser seguida por intermédio de transmissão direta *on-line* (servidor a indicar), agradecendo-se, em qualquer dos casos, a inscrição em:

- **Biblioteca Municipal "Rocha Peixoto"** (Tlf: +351 252 616 000 – Fx: +351 252 617 069
- *E-mail*: lanchapoveira@cm-pvarzim.pt – *Web*: <http://web.cm-pvarzim.pt/lanchapoveira/>).



Este Encontro integra-se na comemoração dos 20 anos da Lancha Poveira do Alto "Fé em Deus", cujo programa inclui ainda viagens para a comunidade escolar local, participação em vários encontros de embarcações tradicionais, organização do 1º Encontro de embarcações tradicionais da Póvoa de Varzim, iniciativas editoriais e actividades lúdico pedagógicas. Na organização das atividades, são parceiros da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim a Sociedade de Geografia de Lisboa, a Marinha de Guerra Portuguesa e o Clube Naval Povoense. Informação em <http://web.cm-pvarzim.pt/lanchapoveira/index.php>.

Programa do 2.º Encontro da Rede Nacional da Cultura do Mar

08h30 – Registo

(1) **Abertura** (09h00/10h00)

- _Primeiras palavras, Dr. José Macedo Vieira (Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim).
- _Prof. Cat. Luís Aires-Barros (Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa).
- _Vice-presidente da Mesa do Encontro, Prof. Doutor Henrique Souto.
- _Conferência "A Cultura do Mar e dos Rios", Prof. Doutora Inês Amorim (Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto) (30 min).

Intervalo (10h00/10h20)

(2) Aprovação da ordem do dia.

(3) **Painel 1 – "A sustentabilidade patrimonial das embarcações tradicionais"** (10h30/13h00)

- _Moderador, CAIm José Bastos Saldanha (Sociedade de Geografia de Lisboa).
- _Intervenções breves dos membros do painel.
- _Debate e comentários conclusivos.

Intervalo para almoço (13h00/14h30)

(4) **Painel 2 – "O desafio da apropriação do mar pelos Portugueses"** (14h30/16h00)

- _Moderador, Prof. Doutor Henrique Souto (Vice-presidente da Mesa do Encontro).

_Intervenções breves dos membros do painel.

_Debate e comentários conclusivos.

(5) **Agendamento da Rede Nacional da Cultura do Mar** (16h00/16h40).

(6) **Eleição da Mesa do Encontro e tomada de posse** (16h45/17h15).

(7) **Encerramento** (17h30/17h45)

_Conclusões do Encontro, Prof. Doutor Henrique Souto (Vice-presidente cessante da Mesa do Encontro).

_Palavras finais, Presidente eleito da Mesa do Encontro.

Antecedentes

- A **Declaração da Nazaré**, de 11 de Maio de 2002 (abaixo), manifesto de um grupo de cidadãos portugueses que, ciente da perenidade da influência do mar na cultura portuguesa e preocupado com a prioridade de salvaguardar e valorizar o património marítimo, cujo sucesso só será possível com um esforço concertado que envolva instituições, públicas e privadas, e associações cívicas e cidadãos interessados, propôs a criação da **rede da cultura do mar**, enunciando os seus objetivos, natureza dos aderentes, processo comunicacional e requisito de avaliação periódico.
- A parte substantiva da Declaração da Nazaré encontra-se vertida no **Relatório da Comissão Estratégica dos Oceanos de 2004**, sob o vector estratégico 1.3 – Preservar o Vasto Património Marítimo-Cultural de Portugal, explicitando-se nas suas Recomendações e Propostas, mormente “Promover uma *rede de cultura do Oceano* como projeto aberto à participação de todos quantos se identifiquem com a necessidade de preservar e valorizar o nosso património marítimo-cultural”.
- O **1.º Encontro da Rede Nacional da Cultura do Mar** ocorreu em 16 de Novembro de 2004 na Sociedade de Geografia de Lisboa, tendo sido aprovado o estabelecimento imediato da **Rede Nacional de Cultura do Mar**, com um esquema de articulação simples, dirigido pela Mesa, do qual fazem parte os inscritos e participantes deste Encontro e outros aderentes da Rede, servido por um espaço de comunicação por intermédio do qual circule a informação, começando pela difusão da ata do Encontro e das suas conclusões (abaixo). Foi ainda aprovado que a realização do próximo Encontro fosse fora de Lisboa, por iniciativa local. A declaração de apelo à adesão institucional e à participação cívica na implantação da **Rede Nacional da Cultura do Mar** recolheu 55 assinaturas.
- O **Prólogo do 2.º Encontro da Rede Nacional da Cultura do Mar**, realizado em 14 de Abril passado na Sociedade de Geografia de Lisboa permitiu evidenciar, volvidos sete anos sobre a data de realização do 1.º Encontro, a impressão generalizada de que a Rede Nacional da Cultura do Mar se tem afirmado como rede informal de diálogo sobre a nossa realidade patrimonial costeira, estuarina e fluvial. E elegeu como agenda do 2.º Encontro os temas seguintes: a **sustentabilidade patrimonial das embarcações tradicionais operacionais** e o **desafio da apropriação do Mar pelos Portugueses**. Dois temas centrais que relevam do incessante processo de construção e reconstrução do património marítimo e da participação decisiva das comunidades ribeirinhas, com incidência numa aceção plural da **Cultura do Mar** (tão só as comunidades piscatórias mas outros grupos sociais ligados aos diversos usos do mar e ao seu usufruto), na autenticidade e preservação das embarcações tradicionais, no desafio de musealização desta realidade viva para além da sua memória e numa perceção renovada da população portuguesa sobre os valores do Oceano e das suas margens e dos riscos que sobre eles impendem.

Participe nesta sessão. Divulgue-a.

Rede da Cultura do Mar

«É a voz da terra ansiando pelo mar»

(Fernando Pessoa, *Mensagem*)

1. Considerando que:

- o mar ocupou sempre um espaço muito importante na cultura portuguesa, influenciando fortemente a vida das gentes e da história nacional;
- o povo marítimo português constitui um dos mais e originais núcleos humanos que soube conservar, até aos nossos dias, os múltiplos tipos de embarcações, as numerosas espécies de aparelhos de pescar, a riqueza léxica e os estilos de trabalhar das comunidades costeiras que produziram riqueza e valores culturais de grande interesse para a humanidade;
- o património marítimo; isto é, os sítios marinhos naturais, os locais e equipamentos de produção, os conhecimentos adquiridos e transmitidos, de geração em geração, nas artes de pescar, de construir, de navegar, de escrever, de pintar, de cantar, de falar e mesmo de pensar, deixaram (quase) de pertencer ao quotidiano, mesmo que imaginário, de um povo que na sua história se reconhece no mar;
- a faina da construção naval e da pesca, tão diversa e curiosa através das várias zonas do nosso litoral e nas margens dos nossos rios, representou – pela multiplicidade de aspectos, riqueza de cor, vibração humana e graciosidade plástica – um dos mais belos espectáculos a que se pôde assistir em toda a costa portuguesa;
- a salvaguarda e valorização dos bens culturais marítimos, hoje, mais do que nunca, torna-se uma questão prioritária, uma vez que as últimas medidas da CE em relação ao abate das embarcações e das artes tradicionais de pesca, virão acabar com a continuidade de um património etnológico que se espalhava, em estilos diferentes, por todo o litoral português;
- a salvaguarda da cultura marítima, hoje, só será possível com um trabalho articulado entre todas as instituições, públicas e privadas, e de todos os cidadãos que, individualmente, se interessem por este tipo de património, incluindo construtores navais, mestres e arrais, pescadores, enfim, todos os marítimos:

Cria-se a Rede da Cultura do Mar (RCM), com os seguintes objectivos:

- promover a cooperação entre todas entidades aderentes à Rede (RCM);
- desenvolver parcerias;
- encontrar processos e soluções para divulgar e preservar a cultura do mar;
- estabelecer uma ligação regular e a permuta de informações entre todas as entidades parte da RCM;
- criar instrumentos de cooperação e de realização de iniciativas de interesse mútuo entre todos os aderentes à RCM;
- promover o inventário sistemático do património cultural marítimo;
- promover o estudo e a divulgação da cultura do mar;
- criar uma economia de esforços com o aproveitamento de recursos, humanos e financeiros, desenvolvimento de um trabalho de inter ajuda e de cooperação;
- promover uma acção descentralizadora para defender e valorizar a cultura do mar.

2. Destinatários/Participantes:

A rede de cultura marítima é aberta a todas as entidades, públicas e privadas, que pelos objectivos, estatutos, práticas, natureza das colecções e das actividades se identifiquem com a cultura do mar.

3. Instrumentos de ligação disponíveis para estabelecer a ligação entre os aderentes:

- correio electrónico;
- site;
- revista.

4. Avaliação

Será feita uma avaliação com regularidade, de modo a assegurar uma dinâmica adequada às diversas situações, uma vez que a cultura do mar é extremamente diversificada e varia conforme os tempos e os locais. Ao mesmo tempo, os membros da RCM irão descobrindo meios para fortalecer a Rede.

Nazaré, 11.05.2002

1.º Encontro da Rede Nacional da Cultura do Mar (16 de Novembro de 2004)

Ata

1. ORGANIZAÇÃO

O Encontro da Rede Nacional de Cultura do Mar (doravante Encontro) foi organizado pela Secção de Geografia dos Oceanos da Sociedade de Geografia de Lisboa com o apoio do Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional da Universidade Nova e do Doutor Luís Martins, investigador do Museu Nacional de Etnologia. A publicidade do Encontro, da sua finalidade e do modo de inscrição foi feita em sessões de divulgação (Biblioteca Municipal da Póvoa de Varzim, Museu de Ílhavo, Sociedade de Geografia de Lisboa e Câmara Municipal de Olhão) e por intermédio de circular e correio electrónico, tendo participado cerca de 50 pessoas, desde associações de defesa do património marítimo e ribeirinho, autarquias, museus, bibliotecas e outros organismos públicos, investigadores e representantes de entidades associadas à fileira das pescas, designadamente a ADEPE – Associação para o Desenvolvimento de Peniche, Associação Marítima Açoreana, a Secção de Municípios com Actividade Piscatória e Portos da Associação Nacional de Municípios Portugueses e sindicatos de pescadores e organizações de produtores.

2. PARTICIPANTES

Em anexo A (não incluído), apresenta-se a lista de inscrições e participantes.

3. ABERTURA E ORDEM DE TRABALHO

No dia 16 de Novembro, cerca das 10h15, na sala Portugal, o Contra-almirante José Bastos Saldanha abriu o Encontro em nome do presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, Prof. cat. Luís Aires-Barros, dando as boas vindas aos participantes e propondo-lhes que a Mesa fosse presidida pelo Doutor Luís Martins e tendo como vice-presidente o Prof. doutor Henrique Souto, o que foi aceite. Foi aprovada a ordem de trabalho que permitiu abordar, durante a manhã, o tema “Preservação do Património das Comunidades Ribeirinhas” e, à tarde, o tema “A Rede Nacional da Cultura do Mar”.

4. SESSÃO MATINAL – “PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS”

Sob a presidência do Doutor Luís Martins, deu-se início à sessão matinal:

- a. Com a adopção de um critério geográfico na apresentação das comunicações sugerido por Manuel Lopes, director da Biblioteca Municipal Rocha Peixoto, Póvoa de Varzim, o seu autor principiou a jornada introduzindo cinco propostas: (1) Inventariação do património marítimo-piscatório; (2) Publicação de um *thesaurus* iconográfico-marítimo; (3) Tratamento analítico interpretativo da documentação iconográfica; (4) Publicação de uma bibliografia sistemática e analítica do património marítimo português; (5) Tratamento documental e digitalização dos Livros de Inscrição Marítima (tarefa que a Biblioteca Rocha Peixoto tem já em mãos). Demais propostas: (6) Elaboração urgente de um corpo legislativo de apoio à recuperação e uso de embarcações tradicionais, dadas as lacunas evidentes neste domínio, apresentada por Manuel Oliveira, presidente da Associação dos Amigos da Ria de Aveiro, instituição com dez anos de existência; (7) dinamização de museus virtuais, os quais sem substituir os Museus clássicos, podem todavia complementar o olhar tradicional mediante a aplicação de novas tecnologias de informação, proposta formulada por António Gordo. No debate, Marco Silva, representante da Associação Marítima Açoreana, proponente do Projecto “Mudança de Maré”, sugeriu a publicação das comunicações apresentadas neste Encontro e nos que foram efectuados nos últimos dois anos na Sociedade de Geografia de Lisboa: Museus do Mar em 2002 e Comunidades Piscatórias em 2003.
- b. Contribuindo para um conhecimento mútuo das instituições e projectos em curso, foram apresentadas actividades dos museus, associações e municípios representados no Encontro: (1) O

Comandante Beça Gil, director do Museu de Marinha, explanou um projecto de Educação Patrimonial para turmas do ensino básico que aquele Museu tem em parceria com escolas do Distrito de Leiria. (2) Ana Paula, do Museu Municipal Santos Rocha, da Figueira da Foz, falou do Núcleo Museológico do Mar que foi estabelecido em Lavos e das dificuldades que o projecto acarretou. (3) João Camacho e Fernanda Costa falaram das acções e programas do Museu do Mar – Rei D. Carlos, de Cascais, junto da comunidade ribeirinha local. (4) Graça Filipe, directora do Ecomuseu Municipal do Seixal, referiu o programa de Educação Patrimonial dessa instituição. (5) José Luís Catalão, representante do Museu do Trabalho Michel Giacometti, de Setúbal, descreveu o respectivo projecto museológico e as suas actividades de extensão. (6) Manuel Limpinho, pescador da Nazaré, fez uma abordagem ao acervo de cerca de cinco mil peças que reuniu, confessando a necessidade de algum apoio que lhe permita cuidar melhor deste património.

- c. Seguiram-se alguns temas que defenderam pontos de vista optimistas sobre o futuro económico e científico do sector: (1) Graça Pestana, do Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas, explicou as medidas de protecção aos recursos, considerado um “património vivo”, que em sua opinião não podem ser desenquadradas da formação cultural e profissional dos pescadores. (2) Em nome da ADEPE, António José Correia e Marcelo Vasconcelos apresentaram o Projecto ISTMO, que consiste numa intervenção de carácter sociológico e económico junto da comunidade piscatória de Peniche e um modo de “olhar para o mar de forma positiva”. (3) A terminar, Ribau Esteves, presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, em representação da Secção de Municípios com Actividade Piscatória e Portos da Associação Nacional de Municípios Portugueses, delineou a postura de extrema receptividade daquela Secção face à realidade patrimonial e desenvolveu alguns tópicos no contexto das relações, no âmbito autárquico, entre política e cultura.
- d. Esta sessão, que foi dedicada a testemunhos sobre a realidade patrimonial marítima e aos esforços conducentes à sua preservação e reconstrução, revestiu extremo interesse pelo teor diverso e qualificado das comunicações, de que saíram sete propostas, e pelo modo vivo como foi participada.

5. SESSÃO DA TARDE – “A REDE NACIONAL DE CULTURA DO MAR”

Sob a presidência do Doutor Luís Martins, a sessão da tarde decorreu do modo seguinte:

- a. O Alm. José Bastos Saldanha começou por mencionar os objectivos da Rede Nacional de Cultura do Mar (doravante Rede Nacional ou Rede) que foram estabelecidos na Declaração da Nazaré de 11 de Maio de 2002:
 - (1) Promover a cooperação e desenvolver o trabalho em parceria por forma a desencadear sinergias conducentes a intervenções concertadas e eficientes para preservar e divulgar o legado da ancestral ligação de Portugal ao mar.
 - (2) Envolver as comunidades ribeirinhas e particularmente as populações piscatórias na consciencialização, defesa e valorização do Património Marítimo, cuja participação é decisiva para dinamizar todo o processo de construção de redes no âmbito local.
 - (3) Instituir uma estrutura de comunicação, essencial ao processo de construção ascendente da Rede Nacional a partir das redes locais.
 - (4) Contribuir para o inventário sistemático do Património Marítimo.
 - (5) Promover o estudo e a divulgação das culturas ribeirinhas.
- b. Prossequindo, enfatizou que a Rede Nacional é uma constelação de redes locais, podendo algumas delas integrar-se regionalmente. E apontou as suas características:
 - (1) A estrutura local baseia-se numa rede comunitária constituída por município, Universidade e escolas, administrações portuárias, organizações económicas e sociais, empresas e órgãos de comunicação social, associações cívicas e cidadãos. Pretende-se que seja um espaço de encontro e permuta de experiências e informação, aberto, permanente, orientado por objectivos de cooperação comuns na divulgação da realidade patrimonial e no processo da sua

preservação e reconstrução, tendo por finalidade a sensibilização e consciencialização públicas e a prestação de um contributo para a educação ambiental e cívica.

- (2) Reiterou que o processo de construção da Rede Nacional é ascendente, isto é, que assenta prioritariamente no desenvolvimento a partir das comunidades locais, com o apoio de um sistema de comunicação e de um esquema de articulação.
 - (3) O sistema de comunicação vai permitir que a informação circule entre as comunidades, e no seu interior, facultando, além disso, o acesso à informação disponível e a sua difusão, instrumento essencial a uma relação interactiva com os cidadãos.
 - (4) O esquema de articulação se destina a facilitar as relações entre as diversas comunidades e entidades exógenas, mediante uma solução ágil, transitivamente assegurada pela Sociedade de Geografia de Lisboa, enquanto não for possível aos parceiros da Rede Nacional optarem por outra solução.
- c. Referiu o processo de construção ascendente da Rede Nacional e a necessidade de apoiar os esforços das comunidades ribeirinhas no desenvolvimento de redes locais e da sua projecção em dimensão nacional, mediante a criação de um espaço amplo de encontro entre pessoas, instituições e comunidades que permita a troca aberta de experiências e de informação, orientada por objectivos de cooperação comum no estudo, divulgação e preservação do património marítimo e das culturas ribeirinhas.
- d. Salientou, depois, a importância de um apoio consistente, decisivo, à implantação da Rede Nacional, nomeadamente com a criação de um sistema de comunicação. Em seguida, considerou que aquele apoio podia ser facultado através do projecto "Construindo a Rede Nacional de Cultura do Mar – Encontro com o Património Marítimo e as Culturas Ribeirinhas", que estava em desenvolvimento. Acrescentou que uma proposta do projecto fora assumida por um consórcio de entidades proponentes constituído pela Sociedade de Geografia de Lisboa, entidade coordenadora, pelo Centro de Computação Gráfica da Universidade do Minho que a desenvolveu (atendendo à sua reconhecida competência em tecnologia de portais, bases de dados e espaços multimedia, além de garantir a sua manutenção), pela Unidade de Investigação em *Design* e Comunicação do Instituto de Artes Visuais, *Design* e Marketing (comunicação, design gráfico e ergonomia de espaços multimedia) e pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (validação de conteúdos). Dada a relevância da participação dos Municípios nas redes locais, informou que estavam a decorrer conversações para que a Associação Nacional de Municípios Portugueses fizesse parte deste consórcio, após uma proposta que nesse sentido foi feita por intermédio da sua Secção de Municípios com Actividade Piscatória e Portos.
- e. Esclareceu que o desenvolvimento da proposta do projecto, que inclui uma árdua negociação para obter o financiamento necessário em programas operacionais europeus e fundos nacionais, só poderá ser concretizado por um pequeno grupo de entidades (o "consórcio" supracitado) com consagrada competência interdisciplinar. E adiantou não se configurar fácil a aprovação global da proposta do projecto, a qual, por ser muito ampla nos seus objectivos terá de ser pacientemente negociada pelo consórcio proponente, mediante a arrumação ou divisão dos seus objectivos em subprojectos específicos que permitam um acolhimento mais fácil por parte daqueles programas. Insistiu que o projecto se destina, apenas, a servir as comunidades ribeirinhas com instrumentos universais julgados indispensáveis ao esforço de implantação da Rede Nacional, sem qualquer interferência no desenvolvimento das redes locais: para esse efeito, na proposta do projecto é mencionada uma lista de cerca de 100 potenciais entidades aderentes, sendo todavia o projecto aberto a todos os interessados. Algumas dessas entidades dela tomaram conhecimento por intermédio das sessões de divulgação e neste Encontro. Não se afigurava igualmente tarefa fácil a articulação com cerca de 100 potenciais entidades aderentes, devido ao cruzamento complexo dos

objectivos do projecto com objectivos quer de implantação de redes locais, em que os Municípios assumem uma posição determinante, quer de participação doutras instituições e associações cívicas.

f. Em seguida, indicou os objectivos específicos do projecto, referindo o exclusivo âmbito nacional desta iniciativa:

- (1) Estabelecer uma rede de pessoas individuais, instituições e comunidades locais que se associam em acções comuns de estudo, divulgação, preservação do património marítimo e das culturas ribeirinhas.
- (2) Conceber e implementar uma infra-estrutura tecnológica de comunicação e de partilha de conteúdos informativos sobre a temática geral “Cultura do Mar”.
- (3) Conceber e implementar uma rede nacional de espaços expositivos, interpretativos e de experimentação didáctica em torno do património marítimo e das culturas ribeirinhas, recorrendo às novas tecnologias do multimédia, computação gráfica e realidade virtual.
- (4) Estabelecer uma programação local e nacional regular que inclua eventos de diversa índole, tais como os *workshops*, conferências, seminários, acções de formação, programa na RTP2 e noutros canais televisivos e de radiodifusão, etc., em torno do tema “Cultura do Mar”.
- (5) Consolidar a construção ascendente da Rede com a abordagem actualizada da percepção de uma identidade nacional a partir do processo de construção e reconstrução do património marítimo, das culturas ribeirinhas e das identidades afirmadas localmente, mediante a organização de um evento anual sobre esta temática, a edição e publicação de uma revista periódica, a publicação de trabalhos especializados, a manutenção dos conteúdos e da infra-estrutura tecnológica assim como da imagem nacional da Rede, entre outros.

g. Informou que o projecto se divide em três fases, com as seguintes tarefas, tempos de duração e financiamento:

- (1) 1.ª fase (projecto piloto), com a duração de 18 meses, estando previstos os primeiros passos no lançamento do sistema de comunicação da Rede a nível nacional, a criação da sua imagem de marca, o implemento de uma primeira infra-estrutura tecnológica base de comunicação e partilha de informação, a disponibilidade de um primeiro conjunto de conteúdos informativos e o lançamento das acções de divulgação e angariação de membros da Rede, além do implemento de um esquema de articulação que estabeleça as relações entre os membros da Rede; esforço financeiro previsto: € 250.000.
- (2) 2.ª fase (extensão nacional), com a duração de 24 meses, prevendo-se a continuação das acções já encetadas de divulgação do projecto, de realização de eventos sobre a temática “cultura do mar” e de angariação de novos associados. O esforço centrar-se-á na tarefa de concepção e implemento de uma rede nacional de espaços expositivos, interpretativos e de experimentação didáctica, em número não superior a quatro, que permitirão aliar de forma eficaz os temas mais formais a cenários de entretenimento, estimando-se o financiamento necessário em € 800.000.
- (3) 3.ª fase (consolidação e continuidade), sem limite temporal, de prosseguimento das actividades anteriores, com criação e estabelecimento de novos espaços expositivos, angariação de novos aderentes, publicação da revista, promoção de acções de estudo e pesquisa nesta área e continuidade de uma programação anual de eventos de âmbito nacional e local vocacionados para o tema “Património Marítimo e Culturas Ribeirinhas”, em regime de autofinanciamento.

h. A terminar, referiu que o esforço inicial de implantação da Rede Nacional se devia concentrar no apelo à adesão institucional e à participação cívica e salientou a importância de angariação de subscritores da respectiva declaração (Anexo B), solicitando o empenho dos presentes e sugerindo que o prazo de subscrição fosse alargado.

- i. Foi patente nas questões que, em seguida, a audiência suscitou, a necessidade imperiosa de se avançar, a curto prazo, com a implantação da Rede Nacional, além de uma maior frequência destes encontros, ao que o Contra-almirante José Bastos Saldanha propôs:
- (1) O estabelecimento imediato da Rede Nacional de Cultura do Mar, com um esquema de articulação simples, dirigido pela Mesa, do qual façam parte os inscritos e participantes deste Encontro e todos os outros aderentes da Rede, servido por um espaço de comunicação por intermédio do qual circularia a informação, começando pela difusão da acta do Encontro e das suas conclusões.
 - (2) O prosseguimento do esforço de angariação de subscritores do apelo à adesão institucional e à participação cívica na implantação da Rede Nacional de Cultura do Mar.
 - (3) A divulgação, neste espaço de diálogo conducente à implantação da Rede Nacional, do projecto "Construindo a Rede Nacional de Cultura do Mar – Encontro com o Património Marítimo e as Culturas Ribeirinhas" e do seu desenvolvimento, de modo a aferir a adequabilidade do projecto aos requisitos das redes locais e a ajustá-lo em conformidade.
 - (4) A realização do próximo Encontro da Rede Nacional de Cultura do Mar fora de Lisboa, por iniciativa local.

As propostas apresentadas mereceram a aquiescência dos presentes.

- j. Tal como já acontecera em 2002 e 2003, o Encontro teve no pensamento a construção da Rede Nacional, um instrumento de expressão e envolvimento criador das comunidades ribeirinhas, onde as suas causas sejam debatidas e defendidas. Com a deslocalização de eventos deste género, no espírito da Rede Nacional de Cultura do Mar, os agentes sociais das comunidades ribeirinhas têm a oportunidade de intervir com mais ênfase em todo o tipo de discussões que hoje cruzam o espaço alargado da Europa e afectam as costas portuguesas. Numa época em que, quem se ausenta dos procedimentos de comunicação, fragiliza as possibilidades de afirmar que existe e como existe.

6. ENCERRAMENTO

O Encontro foi suspenso para ser encerrado na sessão solene comemorativa do Dia Nacional do Mar de 2004, realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa, com a leitura das suas conclusões preliminares pelo Doutor Luís Martins.

Lisboa, 16 de Novembro de 2004

A MESA,

Doutor Luís Martins, Presidente

(Fundação para a Ciência e Tecnologia / Museu Nacional de Etnologia)

Prof. doutor Henrique Souto, Vice-Presidente

(Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, UNL / Sociedade de Geografia de Lisboa)

Anexos:

- A – Lista de inscrições e participantes (não incluída)
- B – Declaração de apelo à adesão institucional e à participação cívica na implantação da Rede Nacional da Cultura do Mar



Sociedade de Geografia de Lisboa

DIA NACIONAL DO MAR DE 2004

(16 de Novembro)

REDE NACIONAL DA CULTURA DO MAR

Apelo à adesão institucional e à participação cívica

A perenidade da influência do mar na Cultura Portuguesa e a prioridade de salvaguardar e valorizar o Património Marítimo, cujo sucesso só será possível com um esforço concertado que envolva instituições, públicas e privadas, e associações cívicas e cidadãos interessados, são as preocupações dominantes que levaram um grupo de portugueses, reunido na Nazaré em 11 de Maio de 2002, a propor a instituição da **Rede Nacional da Cultura do Mar**.

Os **objectivos** da Rede Nacional da Cultura do Mar são:

- promover a cooperação e desenvolver o trabalho em parceria por forma a desencadear sinergias conducentes a intervenções concertadas e eficientes para preservar e divulgar o legado da ancestral ligação de Portugal ao mar,
- envolver as comunidades ribeirinhas e particularmente as populações piscatórias na consciencialização, defesa e valorização do Património Marítimo, cuja participação é decisiva para dinamizar todo o processo de construção de redes no âmbito local,
- instituir uma estrutura de comunicação, essencial ao processo de construção ascendente da Rede Nacional a partir das redes locais,
- contribuir para o inventário sistemático do Património Marítimo, e

- promover o estudo e a divulgação das culturas ribeirinhas.

As instituições, públicas e privadas, e a sociedade civil em geral, com particular realce para as comunidades ribeirinhas, devem contribuir decisivamente para **a necessária reafirmação da nossa identidade marítima**, ao assumir um papel relevante na concretização da Rede Nacional da Cultura do Mar:

- comungando preocupações de salvaguarda do nosso Património Marítimo,
- reconhecendo-lhe valor económico e simbólico e, bem assim, uma função social de ajustamento das comunidades em crise,
- identificando-se com a necessidade de preservação e divulgação da memória das comunidades ribeirinhas, e
- participando, ou prestando apoio, no processo incessante de construção e reconstrução do Património Marítimo.

Os subscritores desta Declaração,
julgando cumprir simplesmente um dever para com a Pátria no entendimento que têm do *Mar como desígnio permanente de Portugal*,
APELAM à adesão institucional e à participação cívica na implantação da Rede Nacional da Cultura do Mar.

Este apelo esteve aberto à subscrição pública, na Sociedade de Geografia de Lisboa, em museus e noutras instituições aderentes, até 21 de Novembro de 2004, tendo sido assinado por 55 pessoas que indicaram a respectiva identidade, como consta nos registos arquivados nesta Sociedade. No Encontro da Rede Nacional da Cultura do Mar realizado em 16 de Novembro de 2004 foi decidido prosseguir o esforço de subscrição pública.